

José Hugo nega veto à zona de exportação

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, negou ontem, no Rio, que exista qualquer veto por parte do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao projeto de criação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Segundo ele, na última reunião entre as equipes técnicas dos dois ministérios, foi constituída uma comissão para estudar a idéia e tentar criar um modelo brasileiro. "Ninguém veta um projeto e nomeia uma comissão para estudá-lo", afirmou José Hugo Castelo Branco, enfatizando sua posição.

A comissão, segundo ele, será chefiada pelo secretário-geral do Ministério da Indústria e do Comércio, Luiz André Vicente, e pelo assessor especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, devendo apresentar um relatório em duas semanas.

De acordo com o ministro, presente à instalação do grupo de trabalho do pólo petroquímico do Rio, o documento "a que todos se referem para dizer que a idéia foi vetada pelo Ministério da Fazenda" era apenas um primeiro levantamento do assunto, não chegando a se constituir numa proposta de trabalho. "Naturalmente, a decisão tem que ser conjunta, pois um projeto desse tipo envolve ques-

tões de natureza fiscal e tributária, entre outras", disse.

José Hugo Castelo Branco continua defendendo a idéia, "desde que se chegue à conclusão de que é um bom negócio para o Brasil". As características fundamentais das ZPEs, segundo ele, devem ser a de proporcionar divisas e exportação de produtos manufaturados, além de ter um padrão mínimo de agregação de valor. "Se concluirmos que é um bom negócio, eu sou a favor, mesmo que tenhamos que dar dinheiro de presente para concretizá-lo, se não for um bom negócio, não devemos fechá-lo, nem se recebermos doações para isso", afirmou.

O ministro declarou-se perplexo pelo fato de o assunto ser comentado como novidade, "quando existem 455 zonas de exportação no mundo, distribuídas em 88 países". Até mesmo na Lei de Informática brasileira, afirmou, está prevista a criação de zonas de exportação. Aos críticos que condenam a idéia, ele apontou o exemplo de Taiwan: "Até pouco tempo, não passava de uma possessão cuja principal atividade econômica era o pastoreio, hoje tem US\$ 66 bilhões de reservas livres. Por que lá pode dar certo e aqui não pode?" Ele disse ainda achar razoável que recursos da conversão da dívida externa sejam empregados na construção de "um modelo brasileiro de zonas de exportação".